

Oliveira Vianna, Eugenia e o Campo Intelectual da Primeira República

Ricardo Augusto Dos Santos, Pesquisador da Casa de Oswaldo Cruz e
Doutor em História/UFF

ricardo.augusto@pesquisador.cnpq.br

Resumo: Oliveira Vianna, um dos principais intelectuais do pensamento político, tem sido identificado em estudos acadêmicos como um autor racista. Supondo que essa filiação esteja ligada ao racismo científico, procuraremos discutir essa afirmação. Sem dúvida, ele foi um intelectual marcado por esse conjunto de idéias. No entanto, vamos situá-lo como membro do campo eugênico. Recentemente, foram realizados bons trabalhos sobre a eugenia. Contudo, quando essa literatura aborda a produção dos intelectuais eugenistas, não fica evidente a particularidade desses agentes. De forma errônea e freqüente, um único intelectual é adotado como modelo explicativo. Todavia, os agentes não produziam suas idéias como Robinson Crusoe. O campo intelectual eugênico constituiu-se de associação de interesses, mas também de oposição entre os agentes. Na medida em que os intelectuais interagiam conferiam ao campo uma estrutura específica num dado momento. Qualquer campo pressupõe que seus agentes partilhem idéias comuns inerentes ao fato de serem membros, sendo necessário também que existam diferenças entre eles.

São dois os princípios teóricos que orientam as páginas deste texto que tem por objetivo analisar o pensamento de Oliveira Vianna (1883-1951). O primeiro afirma que as formas de pensar são produtos do contexto histórico. Colocando a questão de tal maneira não tem sentido afirmar que as idéias de um intelectual estão à frente de seu tempo, pois ninguém produz conhecimentos com base em realidade e referencial metodológico que não existiu durante a sua vida. Por contexto entendemos o conjunto de situações políticas e econômicas que organizam as relações sociais em uma sociedade determinada, fornecendo-lhe as referências para a reprodução das condições de existência coletiva e das formas históricas de distribuição de poder. Em todo contexto há também um conjunto de teorias que disputam entre os intelectuais a primazia das idéias que devem ser mantidas ou modificadas. Finalmente, faz parte do contexto a existência de ideologias em luta pela construção do discurso da verdade e das idéias que devem ser criticadas ou abandonadas como inadequadas ou superadas. O segundo princípio que norteia nosso estudo foi formulado por Pierre Bourdieu (1930-2002). Referimo-nos a noção de campo intelectual. Segundo Bourdieu, o que caracteriza a existência de um campo é o fato dele possuir espaço social próprio, marcado por relações objetivas que hierarquizam os agentes que o compõem dando-lhes posição determinada. O campo é um sistema de forças constituído pelo permanente jogo de consenso e dissenso entre os agentes. Na medida em que estes interagem conferem ao campo uma estrutura específica num dado momento. Qualquer campo pressupõe que seus agentes partilhem valores comuns, sendo necessário também que existam diferenças entre eles. Bourdieu destaca um conjunto de circunstâncias necessárias para que alguém seja reconhecido como membro do campo. Entre outros preceitos o candidato a ingressar no campo deve estar

familiarizado com os procedimentos comuns aos membros, ou seja, deve possuir o *habitus*. A posse de capital intelectual e seu acúmulo são condição *sine qua non* para nele galgar posições. O capital intelectual é obtido de várias formas: pela qualificação profissional, pelo exercício de funções valorizadas, pelo reconhecimento da qualidade dos trabalhos, por ser membros de instituições acadêmicas e culturais reconhecidas como portadoras de alta representatividade.

Oliveira Vianna foi um dos principais membros do campo intelectual nacional. Desde as primeiras décadas do século XX ele esteve envolvido com o debate sobre os problemas da sociedade brasileira. Vianna tem sido identificado em estudos acadêmicos como um autor racista. Supondo que essa filiação esteja ligada ao racismo científico, procuraremos discutir essa afirmação. Sem dúvida, Vianna era um intelectual marcado por esse conjunto de idéias, no entanto, vamos situá-lo como membro do campo intelectual eugênico. Recentemente, foram realizados bons trabalhos sobre a eugenia. Contudo, essa literatura não explora a particularidade dos agentes sociais eugenistas. Com frequência, artigos e teses analisam as obras de autores eugenistas, mas não ampliam a investigação, nem destacam as nuances do pensamento político dos intelectuais. Erroneamente, consideram um ator social como paradigma ou modelo explicativo. Os agentes sociais não produziam suas idéias como Robinson Crusoe numa ilha. Vianna não falava sozinho. Não o deixaremos solitário. A Eugenia chegou ao Brasil por meio dos livros produzidos nos EUA e Europa. Por aqui, encontrou solo fértil. Casou-se com um conjunto variado de idéias. Algumas delas existiam desde a metade do século XIX e explicavam a experiência histórica em torno das populações escravas. Outras, espetacularmente desenvolvidas após 1870, almejavam construir um mundo moderno, colocando o Brasil nos trilhos do progresso. Certamente, um dos motivos para o desenvolvimento do eugenismo nas três primeiras décadas do século XX estava na preocupação com os ex-escravos que estavam em processo de proletarização. É transparente a inquietação dos intelectuais nacionais com os fatores identificados pelo eugenismo como disgênicos, ou seja, contrários à formação do povo forte e saudável. Que condições adversas eram essas que impediam o Brasil novo? Entre várias, o crescimento desordenado das cidades e a imigração para os grandes centros urbanos, compondo um contingente de pessoas procurando moradia e trabalho.

Assim, de uma maneira ampla, os intelectuais nacionais no período entre 1870 e 1930, se perguntavam: como produzir boas colheitas quando as sementes e o solo não são bons? Autores norte-americanos e europeus, representantes do racismo científico, afirmavam a degeneração do Brasil devido à promiscuidade sexual nos cruzamentos raciais, produzindo seres inúteis. É certo que considerações completamente pessimistas quanto ao futuro da nação miscigenada seriam rebatidas pelos intelectuais do movimento sanitaria e, inclusive, por alguns autores eugenistas.

Aliás, os atores do campo eugênico que produziram suas obras nessa época, notadamente os sanitaristas, ao contrário dos adeptos do racismo científico, consideravam o Brasil viável e os brasileiros seres capazes de progredir. Esse é um ponto importante para compreendermos a complexidade das propostas eugenistas. Por exemplo, Roquette-Pinto refutava a negatividade oriunda unicamente da mestiçagem, mas desde que não houvesse “nenhum caráter de degeneração física ou psíquica” nos indivíduos. Na maioria dos trabalhos acadêmicos sobre eugenia, o médico Renato Kehl (1889-1974) é identificado como eugenista brando em sua primeira fase, depois, paulatinamente tornar-se-ia radical. O cientista Octavio Domingues é considerado um eugenista mendelista. O sociólogo Vianna é apresentado como um feroz arianista. O Antropólogo Roquette-Pinto é reconhecido como partidário do mendelismo, mas com face anti-racista, principalmente a partir dos anos 30. Queremos situar Vianna no campo eugênico.

Rótulos à parte, o cenário é bem mais complexo. Frequentemente, vários autores do pensamento eugenista ou influenciados pelas idéias eugenistas são ignorados como exemplos para estudar a repercussão dessas idéias. Há duas razões explicativas para o fato. Em primeiro lugar, os pesquisadores contemporâneos trabalham com os conceitos formulados pelos atores estudados. Em segundo, o paradigma eugênico anglo-saxão influencia as análises sobre eugenia. Por meio de uma leitura tradicional, qualquer proposta fora do modelo paradigmático não será considerada eugênica. Daí a identificação direta entre nazismo e eugenia, o que constitui flagrante equívoco. Como explicar as experiências eugenistas na Suécia social-democrata, que até os anos 70 do século XX praticou a esterilização compulsória? Ou nos EUA, que em 1906 já consagrava a eugenia nas suas políticas públicas? De maneira ampla, podemos definir que as idéias dos intelectuais eugenistas nacionais consistiam em eugenia preventiva (controle dos fatores disgênicos pelo saneamento), em eugenia positiva (educação e controle da procriação dos capazes) e eugenia negativa (evitar a procriação dos inúteis). O objetivo era modernizar o país e apagar os símbolos da degeneração. Dos sanitaristas, que negavam as teses da inata indolência, vieram os remédios para um futuro promissor: a educação higiênica e as ações públicas sanitárias. As condições ambientais teriam de modificar-se para que, transformando os indivíduos, os seus descendentes fossem beneficiados. Eugenistas e sanitaristas entendiam que as reformas das políticas públicas de saúde aprimorariam a capacidade hereditária. A amplitude de técnicas eugênicas não consistia em interpretação errônea de teorias científicas originais, nem mesmo numa cópia importada sem critério, mas sim na construção de um pensamento eugênico brasileiro.

“Há trinta anos, com efeito, as crenças e princípios, que dominavam a mentalidade dos nossos homens de governo e das nossas elites políticas, eram muito diferentes das crenças e princípios que vemos dominar, hoje, depois do grande abalo de 1930. Então ninguém acreditava na capacidade nem do homem brasileiro nem do povo brasileiro quando postos em confronto com os homens e os povos civilizados, principalmente os europeus”. (VIANNA, 1987a: 67).

“Devo observar que a acusação de estar inspirado na ciência do século passado e, portanto, em concepções já atrasadas de trinta ou quarenta anos, não me parece inteiramente verdadeira. Este volume mesmo serve para mostrar que não me conservo alheio ao movimento das idéias sobre este assunto, estando inteiramente em dia com as conclusões mais recentes da investigação neste domínio”. (VIANNA, 1959:198).

“Há hoje um grupo de ciências novas, que são de um valor inestimável para a compreensão científica do fenômeno histórico. É a antropologia-sociologia, recente e formosa ciência, em cujas substruções trabalham Gobineau, Lapouge e Ammon, gênios possantes; fecundos e originais” (VIANNA, 1987a).

A construção da idéia de nacionalidade no Brasil tem merecido atenção das ciências sociais tanto nas perspectivas que acentuam determinações de caráter econômico, como nas que enfatizam as representações sociais. Os estudos sobre o tema destacam a importância das primeiras décadas de experiência republicana na organização dos projetos nacionais. Apesar do debate em torno da nação brasileira anteceder a independência política realizada em 1822 e se aprofundar no fim do século XIX, projetos de nação se intensificam depois de 1900, delineando matrizes de pensamento que influenciariam o ideário político por um longo período. Uma dessas correntes, talvez a mais importante, diz respeito ao papel central do Estado. Uma característica a ser ressaltada é que a literatura produzida em torno da temática se detém nas obras de representantes do pensamento social que exerceram maior influência nas políticas de construção do Estado. Ênfase especial tem sido atribuída à produção intelectual de autores que preconizaram um modelo de organização política alternativo ao liberalismo consagrado na Carta Constitucional de 1891. Alberto Torres e Vianna, entre outros, destacam-se entre as referências do que se convencionou denominar pensamento nacionalista autoritário. Apontamos como característica central desta fração do pensamento político, a defesa do papel primordial que o Estado deveria assumir.

A partir de meados do século XIX, várias linhas filosóficas – positivismo, darwinismo, evolucionismo – movimentavam o pensamento político nacional, sustentados pela divulgação do conhecimento científico. Conceitos erigidos por intelectuais europeus alcançavam grande repercussão, fornecendo justificativas “hierarquizantes” baseadas no critério científico. Assim, se explicavam as diferenças sociais das nações inferiores frente às nações européias. A raça passou a ser uma noção discutida em obras que previam um futuro nebuloso para o Brasil. A responsabilidade pela condição nacional devia-se ao cruzamento sexual de várias raças. Consideramos que a avaliação totalmente negativa das populações miscigenadas da América

Latina está ligada às interpretações sobre o desenvolvimento do capitalismo nos EUA. Haveria uma predisposição genética favorável em determinados povos para o progresso. Assim, os Estados Unidos da América do Norte evoluíam naturalmente. Portanto, nessa perspectiva, os habitantes que viviam na Península Ibérica, América do Sul e África, não conheciam a nobre noção do trabalho. Estava explicada a diferença entre os países, principalmente em relação aos da América Latina. Os princípios do racismo científico foram discutidos por um número significativo de intelectuais brasileiros. O arsenal de argumentos exaltando a suposta raça ariana tornou o contexto intelectual propício para a divulgação dos mais importantes nomes do pensamento social brasileiro. Identificamos como componentes de uma corrente, as figuras de Silvio Romero (1851-1914), Euclides da Cunha (1866-1909), Alberto Torres (1865-1917), Oliveira Vianna (1883-1951) e Nina Rodrigues (1862-1906). Esses intérpretes forneceram as categorias que alimentaram as discussões posteriores sobre raça e desenvolvimento do país. Um elemento unia a todos: alguns dos elementos conceituais de seus textos são originários de intelectuais como Joseph Arthur de Gobineau (1816-1882), Lapouge e Gustave Le Bon. Dentre eles, sem dúvida, o mais famoso, foi o primeiro. Hannah Arendt afirma que ele não teria tido tanta influência quanto se apregoa, sendo somente recuperado na primeira metade do século passado (SCWARCZ, 2000:257). No entanto, o pensamento do Conde constituiu uma referência para uma infinidade de pensadores e sua inserção no debate sobre o valor das etnias é inegável.

Antes das viagens dos intelectuais sanitaristas patrocinadas pelo estado republicano, inúmeras expedições percorreram o interior do Brasil em busca de fatos que pudessem explicar a diversidade natural e social do país. Cientistas e aventureiros viajaram por várias regiões realizando pesquisas, colhendo amostras, catalogando e anotando observações. No entanto, uma marca dos que se embrenharam pelas localidades mais distantes sempre foi a constatação e a surpresa diante da miscigenação racial. Quase todos os relatos dos viajantes tocaram nesse ponto, reprovando-o. Segundo esse pensamento, uma das causas para a nossa condição, paralisados para sempre na barbárie, era a miscigenação. Assim, descreiam da caminhada brasileira para o topo da civilização. O determinismo biológico e o racismo científico que fundamentavam as teorias raciais sobre a miscigenação consideravam que a incapacidade social dos brasileiros explicava-se por fatores hereditários de natureza biológica, influência do clima e geografia. “Es imposible no tener algo en cuenta la influencia reconocida por muchos sabios a los climas, a la naturaleza del suelo, a la disposición topográfica, sobre el desarrollo de los pueblos...” (GOBINEAU, 1937: 57). De maneira diferente, os intelectuais influenciados pelo movimento sanitarista, definiriam o brasileiro como incapaz e inferior, porém era uma “vítima indefesa da doença, da ignorância, da deficiência ou vício de alimentação”. Se educado, alimentado e curado das doenças, a produção

de seu trabalho seria como a de qualquer trabalhador europeu. Segundo esse ponto de vista, era um equívoco atribuir exclusividade negativa às razões da degenerescência racial. Diagnosticando a degeneração racial do povo brasileiro, intelectuais sanitaristas e alguns eugenistas não a associavam a uma herança genética e hereditária, mas a um produto de causas que prejudicavam as potencialidades do povo brasileiro. Nesse sentido, a nação poderia salvar-se por meio de um plano de saúde eugênico e educativo. E os intelectuais influenciados pela sedução da objetividade científica, sempre enalteceriam a observação empírica, fonte da verdade irrefutável porque possível de ser documentada.

“Neste volumezinho procuro ressaltar alguns aspectos, que me parecem interessantes, do problema da raça ou das raças no Brasil. Não concluo nada, porque nada há feito, em nosso país, sobre os temas aqui agitados. Formulo apenas hipóteses – e as pesquisas dos técnicos irão dizer se são ou não verdadeiras”. (VIANNA, 1959: 7).

“Os que negam o valor dos nossos mestiços, como os que afirmam a sua superioridade, falseiam a verdade, porque a vêem unilateralmente: os nossos mestiços nem são todos absolutamente inferiores, nem todos absolutamente superiores. Há entre nós, mestiços superiores e mestiços inferiores”. (VIANNA, 1956:159).

A principal preocupação de vários intelectuais do período era com a miscigenação. Por quê? A forte miscigenação étnica conduzia à degeneração racial que inviabilizaria uma “caminhada para o topo da civilização”. Assim, a mestiçagem representava um obstáculo para a construção da nação e desenvolvimento do país. Como os intelectuais do campo eugênico nacional resolveram esta questão? Como solucionaram o impasse provocado pela mistura racial que poderia ser a causa da nossa incapacidade civilizatória? Adotando perspectivas que modificaram os modelos deterministas do racismo científico que condenava o futuro da nação brasileira com o argumento de possuir um cruzamento biologicamente nefasto do negro, branco e índio. A partir daí, um conjunto de discursos apontaria o abandono da saúde e da educação como o fator principal dessa degenerescência racial e social. Haveria uma chance para o impasse, para a tragédia nacional, pois solucionados os problemas advindos da ausência de uma educação higiênica estaríamos a um passo da consolidação do projeto de uma nação moderna e industrial.

Desse modo, para afastar incertezas no processo de branqueamento da nação, foi necessário que os intelectuais se apropriassem do conhecimento científico em voga no mercado das idéias, que era a eugenia. A adoção dos conceitos do eugenismo assumia uma confortável razão científica para o inevitável branqueamento dos corpos e mentes. Depois da ação, em conjunto, efetuada pelo trio saneamento, educação e eugenia/esterilização, seria impossível não haver as mudanças necessárias. Seduzidos pela idéia de um conhecimento científico que anunciava medidas decisivas para resolver o problema da mestiçagem racial, os intelectuais

brasileiros vão aderir à eugenia. Dessa forma, para o pensamento eugenista caberia aos homens ilustrados transformar o processo de aperfeiçoamento racial, que funcionava “naturalmente”, em um instrumento racional de formação da raça saudável e uma nação forte mentalmente e fisicamente. A partir do terço final do século XIX, intelectuais, cercados de conceitos desfavoráveis sobre as raças e apoiados em pretensas visões científicas, pronunciaram diagnósticos completamente negativos sobre o futuro do Brasil. Exemplos como o Conde Joseph Arthur de Gobineau (1816-1882), que afirmou que o país era degenerado, descreviam um país inviável. Para essas considerações, o estado letárgico do povo, paralisado na escala progressiva das sociedades era devido à soma dos fatores climáticos e raciais. A mestiçagem era uma das causas da inferioridade dos brasileiros e decretava a impossibilidade do Brasil em ascender ao mundo moderno que se anunciava. Gobineau e Louis Agassiz (1807-1873) foram alguns desses homens que descreveram o Brasil como uma improvável nação. Para eles, o país havia produzido elementos incapazes para acompanhar o desenvolvimento da humanidade. Assim, a miscigenação étnica seria um fator contrário à evolução e a mistura racial provocaria a permanência de características inferiores nos híbridos, porque os elementos mais fracos permaneceriam nos descendentes. Assim, teríamos a potencialização dos defeitos, criando gerações de degenerados.

Nina Rodrigues, Afrânio Peixoto, Belisário Penna, Lima Barreto, Manoel Bomfim, entre outros, fizeram parte do campo intelectual e político brasileiro do início do século XX. Operaram suas idéias sob fronteiras delimitadas. Alguns fortemente influenciados pelo racismo científico. Manoel Bomfim sofreu resistências porque se opôs ao modo de hierarquizar os indivíduos em pressupostos hereditários. Em outra posição, Roquette-Pinto e Gilberto Freyre ofertaram uma interpretação que fugia do pessimismo racial, que condenava a mestiçagem no Brasil como produtora de seres inúteis. Mas todos, de alguma maneira, estiveram envolvidos com essas questões. Porém, não se pode, sob a pena de criar mitos, isolá-los da sociedade em que viviam. No caso, Roquette-Pinto e Freyre são elevados à condição de heróicos defensores da mestiçagem: uma mistura de raças que seria um dos componentes positivos da identidade nacional. Existe uma tendência, resultado de pouca leitura dos livros desses intelectuais, em rotulá-los. Outra explicação, sobre essa mitificação de intelectuais, consistiria no uso de seus nomes como armas políticas, tentando sustentar alguma posição controvertida no momento atual. Assim, Oliveira Vianna é considerado um arianista grotesco. Considerações feitas, quase sempre, sem análise das obras e destituída de uma teoria que dê conta da complexidade do campo intelectual. Todavia, não estamos negando frontalmente esses rótulos. Contudo, eles não

esclarecem e, por vezes, criam sombras nebulosas sobre as quais é difícil distinguir as contribuições efetuadas por esses intérpretes do Brasil.

Por outro lado, os relatórios dos viajantes estrangeiros reforçavam as idéias racistas e deterministas, na medida em que estavam impregnados das doutrinas raciais européias. Pierre Denis, por exemplo, resumiu seu ponto de vista: “(...) a inferioridade econômica e moral da população negra no Brasil não pode ser contestada (...) São imprevidentes e não conhecem nenhuma das formas da ambição, único estímulo do progresso. São modestos em seus desejos, com pouco se satisfazem”.(Denis, 346). Ele afirmava que os negros nunca teriam influência decisiva sobre os destinos do Brasil. Sua análise acompanhava as idéias de outro intelectual: Vacher de Lapouge (1854-1936). Esse empregava para designar os indivíduos tidos como hereditariamente bem dotados e seus opostos, os degenerados, os conceitos tão caros à eugenia, eugênicos e disgênicos, respectivamente. Para ele, o cruzamento de raças diferentes, a mestiçagem, não era, sob nenhuma hipótese, aceitável, sendo pernicioso e negativo.

“...porque também é lei antropológica que os mestiços herdem com mais freqüência os vícios que as qualidades dos seus ancestrais. Os mestiços desta espécie são espantosos na sua desordem moral, na impulsividade de seus instintos, na instabilidade de seu caráter. O sangue disgênico, que lhes corre nas veias, atua neles como a força da gravidade sobre os corpos soltos no espaço: os atrai para baixo com velocidade crescente. À medida que se sucedem as gerações. Os vadios congênitos e incorrigíveis das nossas aldeias, os grandes empreiteiros de arruaças e motins das nossas cidades são os espécimes desse grupo”. (VIANNA, 1987a: 104).

“... o mestiço não sente a responsabilidade de perpetuar uma raça: ele sente que nele se enfrentam as heranças de várias delas. Não é uma raça que ele deveria perpetuar, são duas, são muitas, ou seja, o impossível em si mesmo”. (LAPOUGE, 1896: 192).

Para Lapouge, os mestiços não tinham futuro. Se, do final do século XIX até meados de 1930, o pensamento social brasileiro estava influenciado por intelectuais como Gobineau e Louis Couty (1854-1884), pelo determinismo climático de Henry Thomas Buckle (1821-1862), além do diagnóstico pessimista do zoólogo suíço radicado nos Estados Unidos, Agassiz, um novo ponto de vista começava a se afirmar. Os exageros racistas de Gobineau, Vacher de Lapouge e de Houston Stewart Chamberlain (1855-1927), seriam alterados. Ao qualificar os mestiços do Brasil como inferiores e desprovidos de qualquer qualidade positiva, os autores citados negavam qualquer tipo de viabilidade ao país. Essa avaliação mudaria, mas não seria transformada totalmente. Os membros do campo intelectual nacional influenciado pelo eugenismo, de maneira diversa, por exemplo, dos eugenistas norte-americanos, encontrariam brechas para justificar os caminhos possíveis para a modernização da sociedade miscigenada. Roquette-Pinto, Belisário Penna, Renato Kehl e Oliveira Vianna encontraram possibilidades positivas para um crescente “branqueamento”. Fosse da cor da pele ou dos comportamentos. Vianna foi um dos intelectuais que recebeu influências dos deterministas. Porém, não foi o único e, nem o mais radical.

Inúmeros médicos psiquiatras, por exemplo, advogavam medidas mais enérgicas para uma “arianização” do Brasil. A chave para entendermos a especificidade da eugenia nacional e as vicissitudes do campo eugênico está na modificação efetuada. Da condenação da raça à salvação do povo. Afinal, como compreender o eugenismo numa terra miscigenada e que, em alguns momentos históricos, exalta a capacidade de misturar raças, culturas e etnias? Pois é precisamente nesse complexo tecido de idéias que reside uma das explicações para essa pergunta. Entre os pólos opostos da inviabilidade do país e a mitificação do Brasil como o paraíso, e os brasileiros como soldados morenos imbatíveis, se superpõem os discursos. O racismo característico de intelectuais como Lapouge e Gobineau permaneceu influenciando. Porém, surgiram vozes que permitiam explicar a situação dos povos miscigenados pobres, doentes e feios. As dificuldades passaram a ser vistas, não só pelo ângulo da raça, mas também pelas agruras do povo e abandono da população pelo governo, políticos, fazendeiros, industriais e intelectuais ufanistas. Não foi rara a crítica de muitos desses intelectuais ao controle exercido pelas autoridades locais em seus domínios territoriais. Os chefes políticos rurais da República Velha, certamente, não viam com bons olhos a vigilância pretendida pelo governo central sobre as condições sanitárias existentes nas fazendas.

“Em regra, o que chamamos mulato é o mulato inferior, incapaz de ascensão, degradado nas camadas mais baixas da sociedade e provido do cruzamento do branco com o negro de tipo inferior. Há, porém, mulatos superiores, arianos pelo caráter e pela inteligência ou, pelo menos susceptíveis da arianização, capazes de colaborar com os brancos na organização e civilização do país.” (Vianna, 1987: 101)

Portanto, novas conceituações críticas sobre as desigualdades entre os homens surgiram. Certamente, essas posições ainda mantinham considerações raciológicas deterministas e que influenciariam durante um longo período as opiniões negativas. Mas, sem dúvida, as novas avaliações sofreram uma sensível modificação. O juízo extremamente negativo havia se alterado. Por meio de mudanças, seria possível transformar o Brasil em nação viável. As explicações também se transformariam. Às vezes, de maneira muito sutil. Oliveira Vianna, por exemplo, atribuiria à miscigenação e ao meio geográfico o poder de organização da sociedade colonial. Isto proporcionava, segundo ele, as bases para a formação de uma aristocracia rural no país, à qual pertenciam alguns mestiços proprietários de terras. Para Vianna, esses mestiços possuíam valor eugênico. Para Vianna, a variedade de tipos humanos teria possibilitado à existência de mestiços superiores susceptíveis da arianização, capazes de colaborar com os brancos na organização do país. Para Vianna, eram aqueles mestiços que, em virtude de caldeamentos sexuais felizes, mais se aproximavam, pela moralidade e pela cor, do tipo da raça branca e se identificavam com a classe dos grandes proprietários de terras por similitude de características pessoais e comportamentais.

“Esses mestiços, eugênicos ou superiores, cuja existência é impossível negar, têm uma antropogênese ainda mal conhecida – porque seu estudo tem sido feito com um ponto de partida falso. Parte-se da suposição de que o tipo negro é um só; quando a verdade é que o tipo negro apresenta uma considerável variedade, tanto somática, como psíquica”. (Vianna, 1987a: 100).

Vianna, diante das pesquisas antropológicas e biométricas realizadas no Museu Nacional por Roquette-Pinto, João Batista de Lacerda e Fróes da Fonseca, declarou sobre a importância das análises sociológicas: “Há uma anamnese das nações como há uma anamnese dos indivíduos – e é tão necessário, no governo dos povos, o conhecimento daquela para a determinação de qualquer política reformadora, como desta para a exata diagnose de qualquer caso clínico” (Vianna, 1956:38). Dessa forma, Vianna demonstrava sua crença no poder analítico da ciência para a compreensão dos problemas sociais, econômicos e políticos. E, para a resolução das graves questões. Vianna pagaria um preço pela influência que sofreu do racismo científico do século XIX. No decorrer de sua vida, Vianna nunca abandonaria os conceitos de clima, raça e meio social que sustentavam seus argumentos. Todavia, nas edições posteriores de “Raça e Assimilação” e no livro “Instituições Políticas”, Vianna vai progressivamente criticando as noções-tão caras a ele - de raça e meio. Sempre afirmando que Buckle, Gobineau e Lapouge investigaram populações pouco miscigenadas. Segundo ele, as palavras desses autores teriam mais êxito se tivessem estudado povos miscigenados como os do Brasil.

“Os fenômenos da Raça mostram-se aqui em estado de elaboração contínua: nós os temos, por assim dizer, sob as nossas vistas, visíveis a olhos nus- e tudo é como se estivéssemos observando numa retorta as fases de uma reação química. Os fenômenos de hibridação podem ser aqui estudados com uma amplitude e uma precisão impossíveis no mundo europeu- porque só aqui se dá a mestiçagem de raças extremamente distintas (...). É um privilégio nosso, de que não podem gozar os observadores dos mesmos fenômenos, quando operados unicamente nos centros de origem dos grupos brancos”. (VIANNA, 1959: 15).

“Não é esta a ocasião mais oportuna para discutir se há raças superiores e raças inferiores. Estou mesmo convencido de que a superioridade de uma raça é função do “momento” histórico, podendo uma mesma raça mostrar-se superior num dado “momento” e, em outro, revelar-se inferior. Cada raça, como cada indivíduo, leva para o plano social os seus atributos psíquicos como leva os seus atributos físicos: mas é o “momento” são as condições de vida no grupo, as exigências do meio social que determinam o aproveitamento ou o não aproveitamento da totalidade destes atributos, ou apenas alguns deles.” (VIANNA, 1959:177).

Os conceitos dos intelectuais brasileiros são originais. Não são cópias ou interpretações sem vínculo com a realidade. É neste ponto que um intelectual como Oliveira Vianna difere dos racistas e deterministas biológicos do século XIX. Embora tenha sido bastante influenciado por eles, o sociólogo acreditava que haveria uma chance do Brasil e dos brasileiros alcançarem um estágio superior. Comumente, mesmo em círculos acadêmicos, confunde-se eugenia com racismo científico e determinismo biológico. Não excludentes, são conceitos diferentes que nasceram em reação aos movimentos sociais e políticos que almejavam condições

de vida mais igualitárias para os trabalhadores. Sem dúvida, foram idéias que tiveram sua origem com o descontentamento de um mundo que se transformava no século XIX, abolindo privilégios estamentais. Assim, diante da ameaça crescente de uma igualdade jurídica, a comprovação científica da desigualdade biológica, portanto, natural entre os indivíduos era buscada. O racismo científico foi uma doutrina que apresentando-se universal e racional, afirmava que existiam hierarquias biológicas entre as raças humanas. A idéia subjacente era promover uma determinada raça como a mais desenvolvida e apta para governar as outras raças. A Eugenia, por seu lado, procurava o aperfeiçoamento da espécie humana através da seleção artificial. Havia que selecionar os melhores espécimes humanos, aqueles que demonstrassem possuir as características mais adequadas para transmiti-las às gerações e incentivá-las a reprodução, de maneira a melhorar os descendentes. No Brasil, a eugenia pretendeu salvar a nação. O que estamos demonstrando, são as tensões existentes entre as diferentes propostas. Contudo, alertando que as teses deterministas e racistas nunca foram completamente abandonadas.

Para além da simples consideração da inviabilidade do Brasil devido ao seu povo mestiço, o eugenismo brasileiro reconhecia e lamentava a inferioridade, mas pensaria na reforma do povo. No Brasil, a hegemonia do racismo científico/determinismo biológico metamorfosear-se-ia num eugenismo peculiar, próprio do campo intelectual brasileiro. O movimento sanitaria refutara a explicação dominante do pensamento social e político que atribuía à mestiçagem racial, o insucesso econômico do país. Para os membros do movimento, os homens eram improdutivos porque estavam doentes. Portanto, diferentemente do racismo determinista, os intelectuais sanitaria opinavam que era possível regenerar o Brasil. Muitos dos eugenistas nacionais tendiam a concordar com essa tese. No entanto, para os grupos mais radicais, os brasileiros doentes, pobres e feios transmitiam essas características hereditariamente. Assim, era necessário um conjunto de ações para tornar os brasileiros doentes e feios em fortes e belos. Esse resultado seria obtido com uma série de estratégias educativas, sanitaria e eugenistas, essas últimas identificadas com a vertente mais negativa do eugenismo que apregoava a esterilização arbitrária como absolutamente necessária ao progresso e que deveria ser controlada pelo Estado.

O “racismo” de Vianna e demais membros do campo eugênico nacional foi diferente do racismo dos *Gobineaus*. Para esses, o Brasil era totalmente inviável. Porém, é certo, que alguns membros do campo eugênico representavam a tendência mais negativa sobre a inferior contribuição dos negros, índios e mestiços. E, além disto, muitos poucos intelectuais do período não sofreram influência das teses racialistas oriundas do século XIX. Devemos esclarecer que, em nenhum momento, estamos negando as diferenças existentes, nem entre as propostas, e muito menos ignorando os diversos perfis dos agentes sociais. A presença das teorias racistas e/ou

eugenistas nessa época em que, a rigor, poucos escapavam do determinismo biológico, imprimiu características ao campo intelectual. No entanto, ocorre que, de modo geral, as análises sobre os usos simbólicos do conceito de raça no Brasil acabam por jogar fora *a água suja junto com a criança*. Não é verdade que, naquela época, todo intelectual, sanitarista ou eugenista, comungava das mesmas posições políticas e dos mesmos critérios racistas. Poucos nomes sustentavam as medidas eugênicas mais radicais. Se ignorarmos essa minoria, para os demais era possível a superação das “deficiências” raciais. Mesmo entre os membros da Sociedade Eugênica de São Paulo ou entre os militantes da Liga Brasileira de Higiene Mental, havia dissensões. Ainda havia aqueles que, estavam fora do campo eugênico, com propostas que contemplavam idéias de mudança social, como Manoel Bomfim e Lima Barreto. O que não devemos fazer é concluir, apressadamente, que a partir das nuances abria-se grandes clarões no campo. Por exemplo, Oliveira Vianna criticou em edições sucessivas de “Raça e Assimilação” as caracterizações tipológicas de Roquette-Pinto. Inegavelmente, os tipos construídos pelo diretor do Museu Nacional são baseados em cor da pele. As diferentes opiniões entre os atores sociais não significam que Roquette-Pinto repudiasse a Eugenia. Em sintonia com o campo eugênico, ele acatava a linguagem eugênica. No entanto, rejeitava a negatividade dos cruzamentos raciais. Pensando mesmo a miscigenação como um processo positivo, no horizonte da antropologia eugênica de Roquette-Pinto estava a mudança positiva da raça.

“Não compreendo bem, ainda não pude compreender bem, como é possível considerar como “tipo” único os leucodermos do Prof. Roquette-Pinto. Eles constituem, para mim, uma coleção de “tipos”; nunca um tipo. Os dados colhidos e as curvas achadas indicam os caracteres gerais e as flutuações de um grupo; de modo algum, os caracteres e as flutuações de um tipo.” (VIANNA, 1959:185).

“... me parece pouco susceptível de ser aproveitada utilmente, para os estudos aqui fixadas, a classificação do Prof. Roquette-Pinto, diretor do nosso Museu Nacional e grande mestre em antropologia. Minha impressão(digo impressão porque, medíocre antropologista, não sou técnico em antropologia pura) é que a classificação do prof. Roquette-Pinto, que aparece como sendo classificação de “tipos antropológicos”, não é propriamente uma classificação de “tipos”, no sentido específico que esta expressão tem hoje em antropologia, mas apenas uma classificação de grupos humanos pelo critério exclusivo da cor da pele.” (VIANNA, 1959:182).

Para alguns intelectuais, a causa da miséria no Brasil encontrava-se na miscigenação com raças inferiores. Tínhamos um território potencialmente rico, mas ainda não éramos uma nação. Uma explicação hegemônica, que negava qualquer chance ao país, atribuía grande parte dessa negatividade ao clima e ao povo inferior. No entanto, essa visão sofreria mudança. Determinações como clima e raça cederam importância à doença como a causa principal para os problemas nacionais. Portanto, havia uma esperança para o Brasil. Depois de curados, os brasileiros doentes poderiam salvar-se e o Brasil teria sua riqueza aumentada. Assim, era o discurso social desses intelectuais. A raça passou a ser algo a ser moldado. Queremos frisar que

as idéias racistas, sem dúvida, foram enfraquecidas em face das novas interpretações. O racismo ao estilo dos sócios do clube de Gobineau perdeu força, mas isto não significou o abandono das considerações demeritórias sobre os brasileiros.

Referências Bibliográficas

DENIS, Pierre. O Brasil no século XX. Lisboa, Bertrand, s/d

GOBINEAU, Joseph Arthur. Ensayo sobre la desigualdad de las razas humanas. Barcelona: Apolo, 1937.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. O Espetáculo das Raças. Cientistas, Instituições e questão racial no Brasil. 1870-1930, São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

VACHER, Georges de Lapouge. Les Sélections Sociales. Paris: Librairie Thorin & Fils, 1896.

VIANNA, Oliveira. Instituições Políticas Brasileiras. Belo Horizonte, Itatiaia, 1987.

----- . Populações Meridionais do Brasil. Belo Horizonte, Itatiaia, 1987.a

----- . Evolução do Povo Brasileiro. Rio de Janeiro: Jose Olympio, 1956.

----- . Raça e Assimilação. Rio de Janeiro: Jose Olympio, 1959.